

ANEXO I – MODELO DE FICHA DE INSCRIÇÃO DO ESTAGIÁRIO

O QUADRO ABAIXO DEVERÁ SER PREENCHIDO PELO SUPERVISOR

3. AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO:

À FP/SUBEX/SUPTG/GRH,

☐ Informamos que o candidato,
registrado no Banco de Estagiários da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro sob o
Nº....., foi **APROVADO** na entrevista de seleção para estagiar na(o)
..... (sigla da Unidade Administrativa), com previsão de
início em, carga horária semanal de horas, pelo período de
....., sob a supervisão do(a) servidor(a)
....., matrícula, solicitando
as providências dessa Gerência para celebração do Termo de Compromisso para
formalização de estágio () obrigatório.
formalização de estágio () não obrigatório.

☐ Informamos que o candidato,
registrado no Banco de Estagiários da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro sob o
Nº....., **NÃO FOI APROVADO** na entrevista de seleção, tendo em vista
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Em de de

SUPERVISOR (Nome, matrícula e assinatura)

(Verso do documento)

ANEXO II – PLANOS DE ATIVIDADE

Modelo de Ficha de inscrição do estagiário (frente e verso)

FICHA DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO

O PRESENTE FORMULÁRIO DEVERÁ SER PREENCHIDO E ENCAMINHADO À GRH JUNTAMENTE COM CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DO ESTAGIÁRIO SELECIONADO

1. DADOS ESCOLARES:	
Instituição de Ensino:	
Curso:	
Matriculado(a) no	período/série Total de períodos/séries do curso:
2. DADOS PESSOAIS:	
Nome:	
Data Nasc.: / / Sexo: CPF:	
Identidade nº: Expedida por Em:	
E-mail:	
Telefone(s) de contato:	
Endereço:	
.....	
Bairro:	Município:
UF:	CEP:
Declaro ser responsável pelas informações acima prestadas, estando ciente de que qualquer erro ou omissão implicará o cancelamento da inscrição.	
Rio de Janeiro, de de	
.....	
ASSINATURA DO CANDIDATO	

ANEXO III – MODELO DE AVALIAÇÃO MENSAL

AVALIAÇÃO MENSAL DO ESTAGIÁRIO		MÊS	ANO
NOME DO ESTAGIÁRIO		MATRÍCULA	
CURSO		NÍVEL DE ESCOLARIDADE	
ÓRGÃO		SIGLA	
SUPERVISOR RESPONSÁVEL		MATRÍCULA	
CARGO		RAMAL	

A avaliação é a aferição, através de atribuição de nota a cada item abaixo, numa escala de 0 (zero) à 10 (dez). Recomendamos evitar notas fracionadas. Justifique sua nota assinalando uma das alternativas que segue cada item.

- 1) **Interesse** – disposição para atender as atividades:
Nota: ____
 - ☐ excelente disposição
 - ☐ boa disposição
 - ☐ pouca disposição
 - ☐ pouquíssima ou nenhuma disposição
- 2) **Iniciativa** – capacidade de propor, sugerir e criar:
Nota: ____
 - ☐ excelente capacidade
 - ☐ boa capacidade
 - ☐ pouca capacidade
 - ☐ pouquíssima ou nenhuma capacidade
- 3) **Aproveitamento** – capacidade de apreender as informações recebidas e de aplicar os conhecimentos que detém nas atividades desenvolvidas:
Nota: ____
 - ☐ excelente aproveitamento
 - ☐ bom aproveitamento
 - ☐ pouco aproveitamento
 - ☐ pouquíssimo ou nenhum aproveitamento
- 4) **Conduta** – comportamento ético e profissional no desenvolvimento das atividades e nas inter-relações pessoais:
Nota: ____
 - ☐ conduta exemplar
 - ☐ boa conduta
 - ☐ conduta regular
 - ☐ conduta reprovável
- 5) **Frequência** – comparecimento do estagiário ao trabalho, com permanência produtiva no mesmo:
Nota: ____
 - ☐ atende plenamente
 - ☐ atende
 - ☐ atende raramente
 - ☐ não atende

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO SUPERVISOR	DATA
ASSINATURA DO ESTAGIÁRIO	DATA

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE FREQUÊNCIA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria XXX

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o estagiário XXXXX XXXX XXX, identidade nº XX.XXX.XXX-X – DETRAN/RJ, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, **realizou, satisfatoriamente, no mês de XXXXXXXX de ANO**, as tarefas pertinentes ao Termo de Compromisso para Estágio não Obrigatório nº XXX/ANO, assinado em XX/XX/XXXX, tendo como partes o Município do Rio de Janeiro, através da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados, o Estudante XXXX XXXXX XXXXXX e a Instituição de Ensino XXXXX, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial do Município em XX/XX/XXXX (Processo Administrativo nº XXXXXXXXXXXX), devidamente autorizado pelo Senhor Subsecretário de Gestão, conforme publicado em XX/XX/XXXX.

Rio de Janeiro

de XXXX

Atenciosamente,

ANEXO V – TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO PARA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ Nº 042.498.733/0001-48, através da (nome do Órgão ou Entidade) com sede na (endereço), neste ato, representada por (Identificar a autoridade), o(a) estudante (nome do estagiário), identidade n.º (número da identidade) expedida pelo (Órgão emissor), CPF n.º (número do CPF), matriculado e frequentando o curso de (curso do estagiário), e a Instituição de Ensino (nome da Instituição de Ensino do estagiário), neste ato representada por (identificar o representante da instituição de ensino) assinam o presente Termo que se regerá pelas condições constantes das cláusulas abaixo descritas, necessárias à realização do estágio obrigatório, em observância à Lei Federal n.º 11.788 de 25/09/2008, ao Decreto Rio nº 45.582 de 27/12/2018 e a Portaria CVL/SUBSC Nº 21, de 10 de janeiro de 2019:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo tem por objeto formalizar **estágio obrigatório** entre o estudante (nome do estagiário), matriculado e frequentando o (ano, semestre, período ou módulo), do curso de _____, do(a) nome da Instituição de Ensino), conforme Convênio n.º (número e data do Convênio), firmado entre o Município, através da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil, e a Instituição de Ensino. PARÁGRAFO ÚNICO O presente estágio não implica pagamento ao estudante de bolsa-auxílio ou auxílio-transporte.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente Termo não consubstancia vínculo empregatício ou estatutário entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO e o estagiário, não havendo, em hipótese alguma, motivo para futuras reclamações.

CLÁUSULA TERCEIRA

O estágio terá início em (data de início do estágio) e término em (data de término do estágio). As atividades do estágio diretamente relacionadas com o curso do (a) estagiário(a) serão exercidas no(a) (nome da unidade lotação), conforme Plano de Atividades do Estagiário, em anexo, elaborado em comum acordo entre a, o estudante e a Instituição de Ensino.

CLÁUSULA QUARTA

O Plano de Atividades do Estagiário será incorporado ao presente Termo por meio de Aditivos na medida em que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estagiário.

CLÁUSULA QUINTA

O acompanhamento, a supervisão e a avaliação do estágio serão efetuados com a participação efetiva da Instituição de Ensino e dos profissionais especializados das áreas subordinadas do(a) (nome do órgão ou entidade concedente do campo de estágio).

CLÁUSULA SEXTA

A jornada do estágio será de (carga horária semanal do estagiário) horas semanais, nos horários indicados no Plano de Atividades do Estagiário compatível, obrigatoriamente, com o horário escolar do estudante.

PARÁGRAFO ÚNICO É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares. I. Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

CLÁUSULA SÉTIMA

A carga horária semanal do estágio será reduzida à metade nos períodos de avaliação indicados pela Instituição de Ensino e comunicados ao Município com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

A Instituição de Ensino apresentou Apólice de Seguro nº _____, de acidentes pessoais em favor do estudante expedida por, _____ no valor de _____.

CLÁUSULA NONA

O estagiário, sob pena de sua exclusão, obriga-se a:

1. Cumprir todas as normas e regulamentos estabelecidos na Lei Federal n.º 11.788 de 25/09/2008, no Decreto nº 45.582 de 27/12/2018 e na Portaria CVL/SUBSC Nº 21, de 10 de janeiro de 2019;
2. Cumprir as normas da Coordenadoria Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil e do órgão concedente do campo de estágio onde estiver lotado;
3. Cumprir carga horária semanal de (carga horária semanal do estagiário) horas, nos horários e nas atividades indicados no Plano de Atividades do Estagiário;

4. Observar os deveres de ética e respeito ao órgão concedente do estágio;
5. Zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;
6. Assinar a lista de frequência;
7. Usar obrigatoriamente o crachá de identificação dentro do respectivo órgão concedente do campo de estágio durante todo o período de estágio, devolvendo-o ao término do mesmo para fins de recebimento de documentação comprobatória do referido estágio;
8. Não divulgar quaisquer informações, dados ou trabalhos, reservados ou confidenciais, dos quais tiver conhecimento durante o estágio;

CLÁUSULA DÉCIMA

O desligamento do estagiário ocorrerá nas situações relacionadas abaixo e ocasionará a rescisão do presente Termo:

1. Automaticamente, ao término do estágio;
2. Por interrupção ou conclusão do curso na instituição de ensino;
3. Pelo descumprimento, pelo estagiário, de qualquer cláusula do Termo de Compromisso;
4. A pedido do estagiário, mediante solicitação por escrito a seu supervisor do órgão concedente do campo de estágio;
5. No caso de aproveitamento insatisfatório, comprovado na avaliação de desempenho;
6. No caso de permitir sua substituição por outro estagiário;
7. Em caso de faltas frequentes não justificadas, cujo somatório seja superior a 50% (cinquenta por cento) da carga horária mensal;
8. Por conduta desrespeitosa ou antiética em relação ao seu supervisor, aos colegas e aos usuários;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Por ocasião do desligamento do estagiário ou conclusão do estágio, o órgão concedente encaminhará Termo de Realização de Estágio à Instituição de Ensino, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Dentro do prazo de 20(vinte) dias, a contar de sua assinatura, o Município providenciará a publicação do presente Termo, em extrato, no Diário Oficial – D.O.-RIO.

PARÁGRAFO ÚNICO

Visando atender ao princípio da economicidade, o Município poderá encaminhar à Instituição de Ensino a Minuta Padrão assinada pelos estagiários, publicada em Diário Oficial, e a listagem dos estagiários que a assinaram.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

As assinaturas das partes envolvidas neste Termo de Compromisso implicam plena concordância com as condições aqui estabelecidas. Por estarem assim justas e compromissadas, elegem as partes o Foro da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer dúvida relativa ao presente instrumento.

Rio de Janeiro, (dia) de (mês) de (ano).

Representante do Órgão/ Entidade do campo de Estágio

Estudante

Representante da Instituição de Ensino

ANEXO VI – BIBLIOGRAFIA SUGERIDA PARA A PROVA OBJETIVA

Observação: A bibliografia sugerida tem apenas o propósito de orientar o estudo dos candidatos, não excluindo, em hipótese alguma, outros livros que abranjam o conteúdo indicado para cada curso.

1 – Questões Gerais sobre a Assistência Social para Assistentes Sociais, Psicólogos, Nutricionistas, Pedagogos, Engenheiros Civis e Administradores.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 e suas atualizações.

_____. **Estatuto do Idoso.** Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

_____. **Lei Maria da Penha.** [Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006.](#) Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)** - Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e alterações.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social. SUAS Sem Racismo – Promoção da Igualdade Racial no Sistema Único de Assistência Social.** Brasília, DF: MDS, 2018.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** Aprovada através da Resolução N° 145, de 15 de Outubro de 2004.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Resolução N° 109, de 11 de novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário/Secretaria Nacional de Assistência Social. O Papel da Assistência Social no Atendimento aos Migrantes.** Brasília, DF: MDSA, Maio, 2016.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário Guia de Políticas e Programas.** Brasília, DF: MDSA, Assessoria de Comunicação, 2017.

Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Federal de Psicologia – CFESS/CFP. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos(as) na Política de Assistência Social.** CFESS/CFP. Brasília: 2007.

2 – Questões Específicas de Psicologia

BOCK, A.M.B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M.L.T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia.** São Paulo, Saraiva: 2001.

BRASIL - Conselho Federal de Psicologia - CFP. **Resolução N° 10 de agosto de 2005. Código de Ética Profissional do Psicólogo.**

_____. **Resolução N. 6, de 29 de março de 2019.**

_____. **Referências Técnicas para Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS.** / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: CFP, 2012.

_____. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os.** Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: CFP, 2017.

_____. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) para a atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais/Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.** - 1. Ed. - Brasília: CFP, 2019.

_____. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual.** Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 2. Ed. — Brasília: CFP, 2020.

_____. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) no CRAS/SUAS /** Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, _____. **Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.** — 3. Ed. — Brasília: CFP, 2021.

_____. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no âmbito das medidas socioeducativas /** Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2021.

_____. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres /** Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2021.

3 – Questões Específicas de Nutrição

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Resolução RDC nº 216/2004.

_____. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação.**

_____. **Conselho Federal de Nutrição – CRN. Código de Ética e de Conduta do Nutricionista – CFN.**

Regulamentação da profissão de Nutricionista e determina outras providências - LEI N 8.234, DE 17 DE SETEMBRO DE 1991 (DOU 18/09/1991)

República Federativa do Brasil – Ministério de Desenvolvimento Social – INFORME “ ARTICULAÇÃO SUAS E SISAN “ Link https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/SUAS_SISAN.PDF

SISTEMA CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE NUTRICIONISTAS - “ o Nutricionista nos equipamentos do SUAS “ - informe - link [https://crn8.org.br/wp-content/uploads/2023/11/O_nutricionista_nos equipamentos do suas.pdf](https://crn8.org.br/wp-content/uploads/2023/11/O_nutricionista_nos Equipamentos do suas.pdf)

TÉCNICA DIETÉTICA – seleção e preparo de alimentos - LIESELOTTE ORNELLAS - 8ª Edição.

EAN - Educação Alimentar e Nutricional - Fundamentação Teórica e Estratégias Contemporânea - Regna Maria Ferreira Lang, [Érika Marafon Rodrigues Ciacch](#) – Editora Rubio – ano 2021

4 – Questões Específicas do Serviço Social

BRASIL. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Resolução CFESS N° 273 de 13 de março de 1993.

_____. **Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social. Lei n ° 8.662, de 7 de Junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.**

_____. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. ABEPSS, Rio de Janeiro, Novembro de 1996.**

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Marilda Villela Iamamoto. 3ª ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

_____. Marilda Villela e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13ª ed. São Paulo, CELATS/Cortez, 2000.

5 – Questões Específicas de Pedagogia

LANGHI, C. e CORDEIRO, D. de S. **Relações entre gestão do conhecimento, aprendizagem organizacional e educação corporativa**. Ensino Em Re-vista, 28 (Continua), e 055, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/63664>

S, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma Contribuição para a análise de Políticas Educacionais. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>.

GADOTTI, M. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária**: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012 p. 10-32. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>

HOFFMANN, J. **Avaliar Para Promover**: as setas do caminho. Porto Alegre : Editora Mediação, 3. ed. 2001.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador Social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais – São Paulo: Cortez, 2010.

PAULO, F. S. e TROMBETTA, S. **Educar é sempre um ato político**: Desafios Contemporâneos. Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 23, nº2, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/issue/view/1276>

6 - Questões Específicas de Administração

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

_____. **Gestão de Pessoas**. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.

COVA, Carlos; MOTTA, Ricardo. **Logística Empresarial**. v. 1. Rio de Janeiro: CEDERJ, 2009.

_____. **Logística Empresarial**. v. 2. Rio de Janeiro: CEDERJ, 2010.

CYRILLO, Heloisa. **Parecer PG/PADM/020/2018/HCGS**. Revista Carioca de Direito, Rio de Janeiro, Vol. 4, n.01, jan./jul. 2023, p. 112 - 117. Disponível em: <https://rcd.pgm.rio/index.php/rcd/article/view/145/147>. Acesso em: 18 jul. 2024.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2000.

FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 5.0: tecnologia para a humanidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

MARTINS, Marcio Aleixo; MARTINS, Norma Sueli; VIEIRA, Simone Silva da Cunha; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira. **Contabilidade Geral 1**. Rio de Janeiro: CEDERJ, 2010.

MAXIMINIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

McGREGOR, D. **O lado humano da empresa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RIO DE JANEIRO. Lei n.º 94, de 16 de março de 1979. **Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências**. Rio de Janeiro: 1979. Disponível em: https://www2.rio.rj.gov.br/conlegis/legis_consulta/16488Lei_94_79.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

VEIGA, Ana Luiza Barbosa da Costa; CRUZ, Márcio Aleixo. **Fundamentos de Finanças**. Rio de Janeiro: CEDERJ, 2009.

7- Questões Específicas de Engenharia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8681: **Ações e segurança nas estruturas** – procedimento. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7190: **Projeto de Estruturas de Madeira**. Rio de Janeiro, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8800: **Projeto e Execução de Estruturas de Aço de Edifícios**. Rio de Janeiro, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12721: **Avaliação de custos unitários e preparo de orçamento de construção para a incorporação de edifícios em condomínio**. Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6118: **Projeto de estruturas de concreto** - Procedimento. Rio de Janeiro, 2014.

BAZZO, A. P.; VALE, L. T. **Introdução a Engenharia: conceitos, ferramentas e comportamentos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006

CREDER, H. **Instalações elétricas**. 13. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

CREDER, H. **Instalações hidráulicas e sanitárias**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

DAS, B. M.; SOBHAN, K. **Fundamentos de Engenharia Geotécnica**. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

KRICK, E. V. **Introdução à Engenharia**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

LENCASTRE, A. **Hidráulica geral**. Lisboa: Hidroprojeto, 1983.

LIMA FILHO, D. L. **Projetos de instalações elétricas prediais**. São Paulo: Érica, 2014.

MATTOS, A. D. **Planejamento e Controle de Obras**. São Paulo: Pini, 2010.

OLIVEIRA MELO, V.; AZEVEDO NETTO, J. **Instalações Prediais Hidráulico Sanitárias**. São Paulo: Edgar Blücher, 1988.

SUSSEKIND, J. C. **Curso de análise estrutural**. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1981.